

HABEAS CORPUS Nº 548.783 - SP (2019/0357939-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALEXANDRE LIMA VIEIRA
ADVOGADO : ALEXANDRE LIMA VIEIRA - SP379312
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS GABRIEL MIRANDA PANTALEAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUCAS GABRIEL MIRANDA PANTALEAO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2251437-04.2019.8.26.0000.).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, questionando os requisitos da prisão preventiva.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 33):

ENTORPECENTES. TRÁFICO, (artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06). Prisão preventiva. Revogação. Impossibilidade. Existência de prova da materialidade da infração e de indícios suficientes de autoria. Prisão decretada por decisão suficientemente fundamentada. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no artigo 319, do CPP. Impossibilidade. Medidas que seriam inadequadas e insuficientes. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que carece de razão e fundamento o decreto de prisão preventiva do paciente, uma vez que somente a gravidade abstrata do delito foi analisada. Ressalta que os requisitos do art. 312 do

CPP não encontram-se presentes.

Expõe que o autuado é primário e possui endereço fixo, podendo responder ao julgamento do processo em liberdade.

Aduz não haverem indícios suficientes de autoria e materialidade.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do recorrente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Preliminarmente, quanto à tese de negativa de autoria, registro ser inviável a análise, no âmbito restrito do *habeas corpus*, de teses que, por sua própria natureza, demandam dilação probatória. As provas dos autos devem ser apreciadas durante a instrução criminal, sob o crivo do contraditório, não sendo esta a via adequada para a sua revisão.

Quanto aos requisitos da prisão preventiva, o Tribunal de origem considerou relevante a gravidade concreta do delito, evidenciada pelas circunstâncias do flagrante, quando foram apreendidos 60,89g de cocaína, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 35/36):

[...]. Com efeito, verifica-se pelo exame superficial dos elementos indiciários colhidos no procedimento investigatório, que deu suporte ao oferecimento da denúncia, compatível com a natureza restrita do remédio heroico, a existência de prova da materialidade e de indícios da autoria do crime imputado ao paciente que, segundo consta, no dia 10 de outubro de 2019,

por volta das 17h15min, na Rua João Gonçalves - B. Moreiras, na comarca de Piedade, trazia consigo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para fim de tráfico, 117 (cento e dezessete) porções de cocaína, pesando 60,89 g (conforme laudo de fls. 63/65), substância entorpecente e causadora de dependência física e psíquica.

Segundo apurado, policiais militares efetuavam patrulhamento de rotina em local conhecido pelo tráfico de drogas, quando o paciente, ao perceber a presença da viatura, tentou fugir, mas acabou detido. Os policiais realizaram revista pessoal e localizaram, no interior da pochete que o paciente trazia consigo, 117 (cento e dezessete) porções de cocaína, e a quantia de R\$ 90,00 (noventa reais) em dinheiro.

Nesse sentido, os depoimentos prestados pelos policiais militares (fls. 2/3), agentes públicos que gozam da presunção de idoneidade no exercício da função e em relação aos quais, até então, não pesa qualquer suspeição.

Assim sendo, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante em contexto que, pelas circunstâncias em que se desenvolveram os fatos e pela quantidade de entorpecente apreendido, se podia perfeitamente presumir que se destinava ao comércio ilegal.

Portanto, estão presentes os pressupostos da prisão cautelar, tendo em vista que a prova até aqui produzida, nos limites em que ela pode ser examinada no âmbito estreito do habeas corpus, indica o envolvimento do paciente na disseminação de drogas. Trata-se de atividade nefasta, que deve ser coibida com rigor, de modo que é cabível, no caso, a custódia preventiva, para garantia da ordem pública.

Ademais a decisão que decretou a prisão preventiva não ostenta qualquer vício de fundamentação, satisfazendo plenamente as exigências do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, sendo consistentes e juridicamente corretas as razões invocadas pela autoridade impetrada, de modo que não comporta alteração.

Referida decisão faz menção à presença dos pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, deixando clara a existência de prova da materialidade da infração, de indícios de autoria, a gravidade do delito, equiparado a hediondo, tudo a revelar a necessidade da medida para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e, em tese, aplicação da lei. [...].

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, "a quantidade, a natureza e a diversidade dos entorpecentes encontrados podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva" (HC n. 469.808/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/12/2018).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator